

RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

Advogado da União. Palestrante. Professor.

Mestre em Direito Econômico. Pós-graduado em Direito tributário.

Pós-graduado em Ciências Jurídicas.

Membro da Comissão de Atualização dos Modelos de Editais de licitação da AGU

Autor de diversos livros jurídicos, entre eles:

Direito Administrativo (5ª Edição. Ed. JusPodivm)

Regime Diferenciado de Contratações – RDC (Ed. Jus Podivm)

Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle (Ed. Jus Podivm)

Leis de licitações públicas comentadas (7ª Edição. Ed. JusPodivm)

Direito Administrativo (Coleção para a OAB: 2ª edição. Ed. JusPodivm)

Licitações públicas: Lei nº 8.666/93 (6ª Edição. Col. Leis para concursos públicos: Ed. JusPodivm);

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS

Atualizada de acordo com a Lei Complementar nº 147, de 2014 (que alterou a LC 123/2006 e a Lei nº 8.666/93), além das recentes decisões jurisprudenciais e regulamentações normativas sobre licitações públicas, entre elas: o Decreto federal nº 8.250, de 2.014 (que alterou o regulamento do Sistema de Registro de Preços), o Decreto federal nº 8.244/2014 (que alterou o regulamento federal sobre normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e instrumentos congêneres), as Instruções Normativas da SLTI/MPOG e as recentes Orientações Normativas da AGU.

- Comentários, artigo a artigo, das Leis nºs 8.666/93 (Lei Geral de Licitações), 10.520/02 (Lei do Pregão) e do trecho pertinente da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte– Arts. 42 a 49)
- Jurisprudência do TCU, STJ e STF
- Opiniões da doutrina
- Normas correlatas

7ª edição

2015

 EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
 Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Maitê Coelho

T693 Torres, Ronny Charles Lopes de
 Leis de licitações públicas comentadas / Ronny Charles Lopes de
 Torres. – 7. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.
 1.038p.: il.

Inclui bibliografia e índice
 ISBN: 978-85-442-0444-3

1. Direito administrativo - Brasil. 2. Licitação pública - Legislação - Brasil. 3. Brasil. [Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993]. 4. Brasil. [Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002]. 5. Brasil. [Lei complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006]. I. Título.

CDD: 342.8106

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Prefácio	29
Nota do autor	31
Nota à sétima edição.....	33
Introdução.....	35

PARTE 1 LEI Nº 8.666/93 (COMENTADA)

1 Organização dos capítulos	39
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	40
SEÇÃO I – Dos princípios.....	40
1.1 Conceito de licitação	40
1.2 Fundamentos constitucionais.....	40
1.3 Objeto da licitação	41
1.4 Objeto da licitação x pretensão contratual	42
1.5 Competência legislativa	43
1.5.1 Competência legislativa e autonomia administrativa.....	43
1.5.2 Normas de caráter específico	44
1.5.3 Não exaurimento da competência legislativa privativa.....	44
1.6 Destinatários das regras licitatórias	44
1.6.1 Fundos especiais.....	44
1.6.2 Empresas estatais	45
1.6.2.1 Estatais exploradoras de atividades econômicas	45
1.6.2.2 Estatais exploradoras de atividades econômicas e não incidência do dever de licitar	48
1.6.2.3 Petrobrás.....	49
1.6.3 Entidades controladas.....	50
1.6.4 Serviços Sociais Autônomos	51
1.6.5 Organizações Sociais (OS).....	52
1.6.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's)	53
1.7 Princípio da obrigatoriedade (perspectiva burocrática e perspectiva democrática)	54
1.7.1 Exceções ao princípio da obrigatoriedade	55
1.7.2 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e competência legislativa.....	56
1.7.3 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e outras leis.....	57
1.7.4 Concessão e obrigatoriedade de licitar.....	58
1.8 Contrato administrativo	59
1.8.1 Elemento consensual do contrato administrativo.....	60
1.8.2 Conceito de contrato e seguro DPVAT	61
1.9 Finalidades da licitação.....	61
1.9.1 Proposta mais vantajosa (vantajosidade).....	62
1.9.2 Isonomia	62
1.9.3 desenvolvimento nacional sustentável.....	63
1.9.3.1 Contratações públicas e sustentabilidade ambiental	64
1.10 Princípios.....	64

1.10.1	Legalidade.....	65
1.10.2	Impessoalidade.....	67
1.10.3	Moralidade.....	69
1.10.4	Igualdade.....	69
1.10.5	Publicidade.....	71
1.10.5.1	Publicidade e conteúdo das propostas.....	73
1.10.5.2	Publicidade e lei de acesso à informação.....	73
1.10.6	Probidade.....	74
1.10.7	Vinculação ao instrumento convocatório.....	75
1.10.8	Julgamento objetivo.....	75
1.10.9	Princípios correlatos.....	75
1.10.10	Eficiência.....	76
1.10.11	Razoabilidade e proporcionalidade.....	76
1.10.12	Outros princípios.....	77
1.11	Competitividade.....	79
1.11.1	Restrição ao caráter competitivo.....	79
1.11.2	Restrição a bem produzido no Estado ou Município.....	80
1.12	Cooperativas e participação em licitações.....	80
1.12.1	Contratação de cooperativas e IN nº 02/2008.....	82
1.12.2	Cooperativas de trabalho e a Lei nº 12.690/2012.....	83
1.13	Empresa em litígio com a Administração.....	85
1.14	preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação.....	85
1.15	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	86
1.16	Crítérios de desempate.....	86
1.17	Publicidade e acesso aos atos do procedimento.....	87
1.17.1	Publicidade e sigilo do conteúdo das propostas.....	88
1.17.2	Violação ao princípio da publicidade e nulidade.....	88
1.18	Margem de preferência.....	90
1.18.1	Margem de preferência e restrição.....	91
1.18.2	Margem de preferência e delegação ao executivo.....	91
1.18.3	Margem de preferência e necessária previsão em decreto.....	92
1.19	Licitantes e direito público subjetivo ao devido regime licitatório.....	93
1.20	Controle social.....	93
1.21	Formalização.....	94
1.22	Ordem cronológica de pagamentos.....	95
1.23	Ordem cronológica e tutela penal.....	96
1.24	atualização monetária.....	97
SEÇÃO II – Das definições.....		97
2.1	Conceitos legais.....	98
2.1.1	Passagens aéreas.....	98
2.1.2	Locação de bens e o conceito legal de serviço.....	98
2.1.3	Definição legal de alienação.....	98
2.1.4	Grande vulto.....	99
2.1.5	Administração contratada e veto presidencial.....	99
2.2	Licitações de publicidade.....	100
2.2.1	Lei Federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade.....	100
2.3	Projeto básico.....	103
2.3.1	Projeto básico e formalismo.....	103
2.3.2	Projeto básico e impacto ambiental.....	104
2.3.3	Projeto básico e elementos mínimos.....	105
2.3.4	jurisprudência.....	107
2.3.5	Anotação de responsabilidade técnica.....	108
2.4	Projeto executivo.....	109
2.5	Comissões na licitação.....	110

SEÇÃO III – Das obras e serviços	110
3.1 Fase interna da licitação	111
3.2 Projeto executivo e aprovação prévia.....	112
3.3 Planilhas	113
3.3.1 Planilha e composição dos custos unitários.....	113
3.3.2 IRPJ e CSLL em planilhas de custos	113
3.3.3 CSLL e IRPJ e previsão em contratos vigentes.....	114
3.4 Bonificações e Despesas Indiretas – BDI.....	117
3.5 Previsão orçamentária.....	119
3.5.1 Previsão orçamentária e exercício financeiro.....	119
3.5.2 Falta de aprovação da Lei Orçamentária Anual.....	119
3.5.3 Orçamento e previsão constitucional.....	121
3.6 vedação ao fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantitativo	125
3.7 Vedação à indicação de marca	126
3.7.1 Exceção à vedação de indicação de marca	127
3.8 Impossibilidade de adoção do regime administração contratada	127
3.9 Requerimento dos quantitativos e preços, pelo cidadão.....	128
3.10 programação e planejamento de obras e serviços	128
3.11 Obras inacabadas e mudança de gestor.....	129
3.12 Terceirização de serviços.....	129
3.12.1 Contratos de terceirização de serviços	132
3.12.2 Terceirização e quebra da impessoalidade	134
3.13 Vedações à participação na licitação ou na execução contratual.....	136
3.13.1 Vedações à participação na licitação ou na execução contratual e convênios.....	138
3.13.2 Vedação e comissão de licitação	138
3.14 Comissão de licitação e servidores terceirizados.....	139
3.15 Execução direta.....	140
3.16 Execução indireta.....	140
3.16.1 Empreitada por preço global	140
3.16.2 Empreitada por preço unitário	141
3.16.3 Tarefa	141
3.16.4 Empreitada integral.....	142
3.17 Padronização	143
3.18 Licitação e impacto ambiental.....	144
3.19 Licitações sustentáveis e o meio ambiente	144
SEÇÃO IV – Dos serviços técnicos profissionais especializados	148
4.1 Serviços técnicos profissionais especializados	149
4.2 Hipótese de inexigibilidade	150
4.3 Inexigibilidade e contratação de advogado.....	151
4.4 TCU e serviços advocatícios.....	152
4.5 TCU	152
4.6 Cessão dos direitos patrimoniais	153
4.7 Inexigibilidade e elemento subjetivo.....	153
SEÇÃO V – Das compras	153
5.1 Caracterização do objeto.....	153
5.2 Sistema de Registro de Preços (SRP).....	154
5.2.1 Características.....	155
5.2.2 Obrigatoriedade do SRP.....	156
5.2.3 Aplicabilidade do SRP (Objeto).....	157
5.2.3.1 SRP para serviços	157
5.2.3.2 SRP para obras e serviços de engenharia	158
5.2.3.3 SRP para locação	162

5.2.3.4	SRP e serviços contínuos.....	163
5.2.4	SRP e regime de execução.....	164
5.2.5	Órgão gerenciador, participante, participante de compra nacional e o não participante (“carona”).....	164
5.2.5.1	Das competências do órgão gerenciador.....	165
5.2.5.2	Das competências do órgão participante.....	167
5.2.5.3	O órgão participante e a efetivação da contratação.....	168
5.2.6	Limites às contratações do “carona”.....	169
5.2.6.1	Espécies de limites (individual, temporal, global, subjetivo, formal e lógico).....	175
5.2.6.2	Inconstitucionalidade da instituição do carona, por decreto.....	176
5.2.6.3	Adesão de órgãos federais à Ata de registro de preços proveniente de entidades do “Sistema S”.....	177
5.2.6.4	Adesão de órgãos federais a Atas de Registro de Preços de estados e municípios.....	178
5.2.6.5	Orientação Normativa AGU.....	179
5.2.6.6	SRP e entidades privadas sem fins lucrativos.....	179
5.2.6.7	Adesão à Ata e procedimento formal.....	179
5.2.6.8	Do caráter não obrigatório da análise jurídica, pelo órgão consultivo, relacionada à adesão.....	180
5.2.7	Cadastro de reserva.....	182
5.2.8	SRP e convênios.....	184
5.2.9	SRP e aplicação de sanções.....	184
5.2.10	Possibilidade de sancionamento pela recusa de fornecimento ao carona.....	187
5.2.11	Intenção de Registro de Preços.....	188
5.2.12	Condições do setor privado.....	188
5.2.13	Preços praticados pela Administração.....	189
5.2.14	SRP e dotação orçamentária.....	189
5.2.15	SRP, pretensão contratual e boa-fé.....	191
5.2.16	SRP e pregão.....	191
5.2.17	Preços registrados: revisão econômica e negociação.....	191
5.2.18	Ata de registro de preços.....	193
5.2.18.1	SRP e validade da ata.....	194
5.2.18.2	Início do prazo de vigência da Ata.....	196
5.2.18.3	Prorrogação da ata e renovação dos quantitativos fixados na licitação.....	197
5.2.18.4	Adesão à ata e alterações das condições contratuais originais.....	197
5.2.19	SRP e acréscimos dos quantitativos contratados.....	198
5.2.20	SRP e direito de preferência.....	199
5.3	Controle social.....	200
5.4	Definição do bem.....	201
5.5	Planejamento.....	201
5.6	recebimento e conservação dos materiais.....	201
5.7	Comissão para recebimento de material.....	202
5.8	Compras e publicidade.....	202
5.9	Ressalva à publicidade.....	203
SEÇÃO VI – Das alienações.....		203
6.1	Bens públicos.....	203
6.1.1	Gestão eficiente dos bens públicos.....	204
6.2	Avaliação imobiliária.....	205
6.2.1	TCU.....	206
6.3	Dação em pagamento.....	206
6.4	Cláusula de exclusividade como regra específica.....	206
6.5	Permuta de terreno público por unidades imobiliárias a serem construídas futuramente.....	207

SUMÁRIO

6.6	Investidura.....	208
6.7	Permissão de uso.....	209
6.7.1	Permissão de uso e licitação.....	209
6.8	regularização fundiária e alteração legislativa.....	210
6.9	Legitimação de posse.....	210
6.10	Autorização legislativa.....	211
6.11	Alienação de bens públicos e abuso administrativo.....	211
6.12	Bens móveis e doação a entidades do Terceiro Setor.....	212
6.13	Venda e ações.....	212
6.14	Alteração legislativa.....	213
6.15	Regulamento federal.....	213
6.16	Limite de área.....	214
6.17	Texto vetado.....	215
6.18	Razões do veto.....	215
6.19	Desafetação.....	216
6.20	Venda de bens imóveis e habilitação diferenciada.....	216
6.21	Habilitação por recolhimento e existência de débitos com a seguridade social.....	217
6.22	Desnecessidade de autorização legislativa.....	218
CAPÍTULO II – DA LICITAÇÃO.....		219
SEÇÃO I – Das modalidades, limites e dispensa.....		219
1.1	Publicidade em obras com recursos federais.....	220
1.2	Publicidade nas licitações e seu conteúdo.....	220
1.3	Outros meios de divulgação.....	221
1.4	Edital e disponibilidade.....	222
1.5	Modificações no edital e nova publicação.....	222
1.6	Concorrência.....	224
1.7	Tomada de preços.....	225
1.7.1	Tomada de preços e prazo para cadastramento.....	225
1.8	Convite.....	226
1.8.1	Convite e ramo negocial dos convidados.....	226
1.8.2	Convite e licitantes não cadastrados previamente.....	226
1.8.3	Convite e repetição de convidados.....	226
1.8.4	Convite e exceção ao número mínimo de licitantes.....	227
1.9	Concurso.....	227
1.9.1	Concurso e remuneração.....	227
1.10	Leilão.....	228
1.10.1	Bens inservíveis.....	228
1.10.2	Bens penhorados.....	229
1.11	Modalidade pregão.....	229
1.12	Vedação à criação de novas modalidades.....	229
1.13	Habilitação e compatibilidade com o objeto da licitação.....	229
1.14	Atualização dos valores.....	231
1.15	Da caracterização como obra ou como serviço de engenharia.....	231
1.16	Adjudicação por item.....	234
1.16.1	TCU e adjudicação por itens.....	235
1.16.2	Adjudicação por itens X Aglutinação de objetos.....	235
1.16.3	Serviços terceirizados diversos, aglutinação e adjudicação por itens.....	237
1.17	Simplificação do edital como elemento fomentador da competitividade.....	238
1.18	Parcelamento das contratações.....	238
1.18.1	Fracionamento ilícito.....	239
1.19	Organizações industriais.....	240
1.20	Consórcio público.....	240

1.21	Contratação direta.....	241
1.21.1	Contratação direta e regime jurídico-administrativo	241
1.22	Dispensa	242
1.22.1	Dispensa de pequeno valor e fracionamento indevido.....	242
1.22.2	Dispensa de pequeno valor e cotação eletrônica	243
1.22.3	Fracionamento ilícito.....	245
1.23	SISG.....	245
1.24	Declaração de guerra e perturbação a ordem	246
1.25	Emergência ou calamidade pública	246
1.25.1	Fatores objetivos e fatores subjetivos	248
1.25.2	Gestor desidiioso e responsabilização	249
1.25.3	Contratação emergencial e contingenciamento	250
1.26	Licitação deserta	251
1.26.1	Modalidade convite e licitação deserta	252
1.26.2	Licitação deserta, contratação direta de serviços contínuos e prorrogação.....	252
1.27	Intervenção no domínio econômico	253
1.28	Propostas incompatíveis	254
1.28.1	Renovação de propostas	254
1.29	Contratação de órgão da Administração Pública.....	254
1.29.1	Compatibilidade com os preços de mercado.....	255
1.29.2	Hipótese de dispensa e estatais exploradoras de atividade econômica.....	255
1.29.3	Limite temporal e o SUS.....	256
1.29.4	Empresa Brasil de Comunicação.....	256
1.30	Segurança nacional	258
1.31	Dispensa e locação de imóvel.....	261
1.31.1	Desnecessidade da inviabilidade de competição.....	261
1.31.2	Chamamento público	262
1.31.3	Contratação direta e imóveis inacabados	263
1.31.4	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>).....	263
1.31.5	Vigência do contrato de locação de imóveis.....	265
1.32	Contratação de remanescente.....	266
1.32.1	Contratação de remanescente e concessão administrativa de uso.....	267
1.33	Gêneros perecíveis.....	267
1.34	Dispensa e instituição de pesquisa.....	268
1.34.1	Hipótese e pessoa física.....	268
1.34.2	Lei nº 8.958/1994	268
1.34.3	Instituição e pertinência com o objeto contratado	269
1.34.4	Subcontratação	270
1.34.5	pluralidade de instituições e licitação	270
1.35	Dispensa em face a acordo internacional.....	271
1.35.1	Acordo internacional e competência	272
1.36	Obra de arte e objetos históricos	272
1.37	Impressões e serviços de informática	273
1.38	Aquisição de componentes vinculada à garantia	275
1.39	Abastecimento de embarcações, aeronaves e tropas	275
1.40	Padronização de material militar	276
1.41	Associação de portadores de deficiência	276
1.42	Pesquisa científica e tecnológica.....	276
1.43	Energia elétrica e gás natural.....	277
1.44	Subsidiárias e controladas	278
1.45	Organizações sociais	279
1.45.1	Aplicação do dispositivo para Oscip´s	280
1.45.2	Regulamento federal e contratação com recursos públicos.....	283
1.46	Instituição Científica e Tecnológica.....	283

SUMÁRIO

1.47	Contrato de consórcio público ou convênio de cooperação.....	284
1.47.1	Consórcio público.....	285
1.47.2	Contrato de Programa.....	285
1.48	Resíduos sólidos.....	287
1.49	Complexidade tecnológica e defesa nacional.....	287
1.49.1	Justificativa para a hipótese de dispensa.....	287
1.49.2	Requisitos.....	287
1.50	Contingentes militares.....	288
1.51	Assistência técnica e extensão rural no PRONATER.....	289
1.52	Contratações de estímulo à inovação científica.....	291
1.53	Contratação de produtos estratégicos para o SUS.....	293
1.54	Combate à seca e contratação direta de entidades sem fins lucrativos.....	295
1.54.1	Regulamentação federal.....	296
1.54.2	Regulamentação e efeitos sobre os demais entes.....	300
1.55	Dispensa para contratação do Banco do Brasil, pela CONAB.....	301
1.56	Percentual diferenciado em dispensas de pequeno valor.....	302
1.57	Exceção ao limite temporal do inciso VIII.....	303
1.58	Inexigibilidade.....	303
1.58.1	Inviabilidade de competição.....	304
1.58.2	Inexigibilidade e justificativa.....	306
1.58.3	Inexigibilidade e não taxatividade.....	307
1.58.4	Credenciamento.....	307
1.58.5	Inexigibilidade e alienação de áreas públicas.....	311
1.59	Aquisição com fornecedor exclusivo.....	312
1.59.1	Delimitação da exclusividade.....	312
1.59.2	Exclusividade absoluta e exclusividade relativa.....	312
1.59.3	Noção de praça.....	313
1.59.4	Marcas.....	313
1.59.5	TCU e certidões de exclusividade.....	314
1.59.6	Carta de exclusividade.....	314
1.59.7	Inexigibilidade e aquisição direta de livros.....	315
1.60	Serviços técnicos especializados e inexigíveis.....	315
1.60.1	Inexigibilidade e serviços intelectuais.....	317
1.60.2	Inexigibilidade e serviços rotineiros.....	317
1.60.3	Vedação para serviços de publicidade.....	318
1.60.4	Inexigibilidade e cursos de capacitação.....	319
1.61	Profissional de setor artístico e inexigibilidade.....	320
1.61.1	Contratações artísticas e concurso.....	320
1.62	Notória especialização e respeito à impessoalidade.....	321
1.63	Inexigibilidade e pesquisa de preços.....	323
1.64	Condicionantes de eficácia e elementos de instrução.....	324
1.64.1	Condicionantes de eficácia e dispensas de pequeno valor.....	324
1.64.2	Autoridade superior.....	324
1.64.3	Contratação direta e Publicidade.....	325
1.64.4	Dispensa de pequeno valor e elementos de instrução.....	325
1.64.5	Justificativa do preço.....	325
1.64.6	Contratação direta e débito com a seguridade social.....	327
1.64.7	CADIN.....	328
1.64.8	SIAFI.....	328
SEÇÃO II – Da habilitação.....		329
2.1	Da habilitação.....	329
2.1.1	Habilitação e proporcionalidade.....	330
2.2	Habilitação jurídica.....	332

2.3	Habilitação jurídica e restrição à competitividade	333
2.4	Regularidade fiscal	334
2.4.1	Regularidade fiscal e limites constitucionais	334
2.4.2	Regularidade fiscal e débitos com a seguridade social	340
2.4.3	Certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante	342
2.4.4	Regularidade x quitação	343
2.4.5	Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado	344
2.4.6	Regularidade fiscal com a seguridade social e com o FGTS	345
2.4.7	Regularidade fiscal e contratação direta	345
2.5	Regularidade trabalhista e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	346
2.5.1	Fundamentos da CNDT	346
2.5.2	Constitucionalidade da regularidade trabalhista	347
2.5.3	Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação	348
2.5.4	Certidão trabalhista e contratos firmados anteriormente	349
2.6	Microempresa e empresa de Pequeno Porte	350
2.7	Qualificação técnica	353
2.7.1	Qualificação técnica e rol legal exaustivo	354
2.7.2	Capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional	355
2.7.3	Habilitação com prova de experiência por determinado período	356
2.7.4	Exigência de registro de quitação	357
2.7.5	Registro em entidade profissional	357
2.7.6	Qualificação e proporcionalidade	358
2.7.7	Declaração de conhecimento das condições para a execução contratual	358
2.7.8	Atestado de visita técnica monitorada (vistoria prévia)	358
2.7.9	Somatórios de atestados	363
2.7.10	Atestados e número mínimo	365
2.7.11	Quadro permanente	365
2.7.12	Fornecimento de bens e desnecessidade de registro na entidade profissional	367
2.7.13	Prejuízo à competitividade	367
2.7.14	Instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal	368
2.7.15	Contratações de grande vulto e exigência da metodologia de execução	368
2.7.16	Jurisprudência	369
2.8	Qualificação econômico-financeira	371
2.8.1	Falência	373
2.8.2	Certidão negativa de execução patrimonial	373
2.8.3	Garantia	373
2.8.4	Exigência de índices	374
2.8.5	Exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo ou de garantias	374
2.8.6	Exigência e proporcionalidade	375
2.8.7	Qualificação econômico-financeira e a relação dos compromissos assumidos pelo licitante	375
2.8.8	Jurisprudência	379
2.9	Documentos e internet	381
2.10	Habilitação e restrição eleitoral	382
2.11	Dispensa de habilitação	382
2.11.1	Extensão da dispensa de habilitação	382
2.11.2	Dispensa de habilitação e regularidade com a seguridade social	383
2.12	Registro cadastral	384
2.13	Documentação e empresas estrangeiras	384
2.14	Jurisprudência	384
2.15	Participação de consórcios nas licitações	385
2.15.1	Regularidade jurídica do consórcio	387
2.15.2	Limitação ao número de empresas no consórcio	388
2.15.3	Consórcio e responsabilidade solidária	388
2.15.4	Alteração da constituição do consórcio	388

SEÇÃO III – Dos registros cadastrais	392
3.1 Registro cadastral.....	392
3.1.1 SICAF	393
3.1.2 SICAF e registro obrigatório	394
3.1.3 Registro cadastral e certificado	396
3.1.4 Indeferimento do registro cadastral e recurso	396
3.1.5 Alteração suspensão ou cancelamento do registro	396
SEÇÃO IV – Do procedimento e julgamento	397
4.1 Procedimento licitatório	397
4.1.1 Fase interna	398
4.1.2 Fase externa.....	398
4.2 Proposta sem assinatura.....	399
4.3 Comissão de licitação e presença na sessão.....	399
4.4 Parecer técnico.....	399
4.5 Instrumento contratual	400
4.6 Parecer jurídico	400
4.6.1 Caráter preventivo da análise jurídica	400
4.6.2 Efeitos do desrespeito ao caráter preventivo da análise jurídica.....	401
4.6.3 Natureza não vinculante do parecer jurídico	402
4.6.4 Exame do ato convocatório do convite.....	403
4.6.5 Análise jurídica e dispensas de pequeno valor	406
4.6.6 Análise jurídica e advogados terceirizados.....	407
4.6.7 Análise jurídica e pareceres sintéticos	408
4.6.8 Análise jurídica e parecer referencial	409
4.7 Responsabilização do parecerista jurídico, pelos Tribunais de Contas.....	410
4.7.1 Natureza da atividade do parecerista jurídico	414
4.7.2 Responsabilização de gestores e parecerista jurídico	415
4.7.3 Posição do STF	417
4.7.4 TCU e manifestação jurídica irrazoável	422
4.7.5 Posição da OAB	425
4.8 Audiência pública.....	426
4.8.1 Audiência pública e marco inicial do procedimento licitatório.....	427
4.9 Descrição do objeto.....	427
4.10 Sanções.....	428
4.11 Condições para participação e proporcionalidade	428
4.12 Critérios para julgamento.....	429
4.13 Preços máximos e obrigatoriedade.....	429
4.14 Estimativa do preço máximo	430
4.15 Jurisprudência.....	431
4.16 Revisão econômica do contrato.....	431
4.16.1 Reequilíbrio econômico	432
4.16.2 Reajuste em sentido estrito	433
4.16.2.1 Reajuste, anualidade e marco inicial	433
4.16.2.2 Reajuste e requerimento formal.....	434
4.16.2.3 Reajuste antes de um ano de vigência contratual.....	435
4.16.2.4 Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração	437
4.16.2.5 Reequilíbrio econômico e novo marco legal para o reajuste.....	438
4.16.2.6 Reajuste e preclusão lógica	438
4.16.3 Repactuação.....	440
4.16.3.1 Repactuação e requisitos mínimos.....	440
4.16.3.2 Repactuação e IN 02/2008.....	441
4.16.3.3 Repactuação e serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra	443

4.16.3.4	Caracterização do serviço como “com” ou “sem” dedicação exclusiva de mão de obra.....	445
4.16.3.5	Repactuação e análise de planilha	447
4.16.3.6	Momento de incidência da repactuação	448
4.16.3.7	Repactuação e efeitos financeiros	449
4.16.3.8	Critério da repactuação para custos decorrentes do mercado (insumos diversos).....	451
4.16.3.9	Repactuação como direito do contratado e a preclusão administrativa	452
4.16.3.10	Repactuação e categorias profissionais não alcançadas pela Convenção Coletiva de Trabalho	456
4.16.3.11	Repactuação e salário mínimo.....	457
4.16.3.12	Repactuação e remuneração maior que o piso salarial alterado.....	458
4.16.3.13	Orientações Normativas da AGU	458
4.16.3.14	Repactuação, apostilamento e análise pela assessoria jurídica	460
4.17	Juros de mora	461
4.18	Correção monetária.....	463
4.19	Jurisprudência.....	463
4.20	Compensações financeiras, penalizações e descontos	463
4.21	Multa moratória e contratos de prestadoras de serviços públicos	464
4.22	Cronograma físico financeiro.....	465
4.23	Estimativa de preços (pesquisa de preços).....	465
4.23.1	Estimativa de preços nas licitações.....	466
4.23.2	Função da estimativa de preços.....	467
4.23.3	A estimativa de preços na prática administrativa	468
4.23.3.1	A estimativa de preços nas obras e serviços de engenharia.....	469
4.23.3.2	A estimativa de preços tradicional	470
4.23.3.3	Outras formas eficientes para estimativa de preços	472
4.23.3.4	Estimativa de preços e a IN 05/2014.....	474
4.23.3.5	Estimativa de preços e responsabilidade	475
4.24	Desnecessidade de repetição das regras contratuais no edital	476
4.25	Vinculação ao instrumento convocatório e formalismo	477
4.26	Contrato firmado e alterações legislativas.....	478
4.27	Sublimação do formalismo	479
4.28	Jurisprudência.....	480
4.29	Impugnação do edital pelo cidadão	480
4.30	Impugnação do edital pelo licitante	481
4.31	Licitações internacionais	482
4.32	Política monetária e comércio exterior	483
4.33	Cotação em moeda estrangeira	483
4.34	Pagamento em moeda nacional	483
4.35	Garantias de pagamento e isonomia.....	484
4.36	Equalização tributária	484
4.37	Licitações com recursos oriundos de organismo internacional.....	485
4.37.1	Origem internacional dos recursos.....	486
4.37.2	Competência do Congresso Nacional.....	487
4.37.3	Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos	487
4.37.4	Mitigações e exigências do doador.....	487
4.37.5	Mitigações e respeito aos princípios basilares da licitação	488
4.37.6	Licitações internacionais e vedação À países específicos	489
4.37.7	Financiamento e “vantajosidade”	490
4.37.8	Mitigação e despesas com recursos nacionais	490
4.37.9	Recursos internacionais e aprovação do edital pelo parecerista jurídico.....	490
4.37.10	Regulamento federal.....	491
4.38	Abertura das propostas comerciais	492

4.39	Desclassificação e saneamento	493
4.40	Adjudicação e homologação	493
4.41	Sessão e registro dos participantes	493
4.42	Diligências	494
4.42.1	Diligências e discricionariedade	494
4.42.2	Diligências e desnecessidade de previsão em edital	495
4.42.3	Diligência e limites	496
4.42.4	Formas de diligência	497
4.42.5	Diligência e falsidade de documento	498
4.42.6	Desistência da proposta	498
4.43	Critério objetivo de julgamento	499
4.44	Propostas inexequíveis e justificativa legal	499
4.45	Fixação de remuneração mínima dos trabalhadores em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra	499
4.46	Fixação de remuneração mínima, acima do piso salarial	500
4.47	Do pagamento, ao trabalhador, de salário menor que o estipulado na proposta	503
4.48	Concurso e tipos de licitação	508
4.49	Tipo menor preço	508
4.49.1	Tipo menor preço, caracterizado pelo maior desconto	508
4.49.2	Da aferição do menor preço pelo maior desconto em tabela ou planilha	509
4.49.3	Da aferição do menor preço pelo maior desconto linear em obras e serviços de engenharia	509
4.50	Melhor técnica	512
4.50.1	Procedimento da melhor técnica e preço máximo	513
4.51	Técnica e preço	514
4.51.1	Técnica e preço e certificados específicos	514
4.51.2	Técnica e preço e peso excessivo em pontuação técnica	514
4.51.3	Opção entre técnica e preço ou melhor técnica	515
4.51.4	Jurisprudência	515
4.52	Maior lance ou oferta	517
4.53	Sorteio	517
4.54	Bens de informática e pregão	517
4.55	Bens e serviços de tecnologia da informação	518
4.56	Inexequibilidade	520
4.56.1	Inexequibilidade e critérios legais relativos	523
4.56.2	Desclassificação por inexequibilidade e justificativa	524
4.56.3	Inexequibilidade e garantia adicional	525
4.57	Reabertura de prazo para nova habilitação ou novas propostas	526
4.57.1	Reabertura de prazo e o tipo melhor técnica	527
4.57.2	Reabertura de prazo e inconstitucionalidade	528
4.57.3	Reabertura de prazo quando existente apenas um competidor	528
4.58	Autotutela administrativa	530
4.58.1	Revogação da licitação	531
4.58.2	Anulação da licitação	533
4.58.3	Autotutela e decadência	534
4.58.4	invalidação da licitação e não devolução dos valores contratuais já pagos	536
4.58.5	Invalidação, ampla defesa e contraditório	537
4.58.6	Jurisprudência	538
4.59	Preterição da ordem de classificação e nulidade	539
4.60	Comissões de licitação	540
4.61	Pequenas unidades administrativas	541
4.62	Concurso e regulamento	542
4.63	Jurisprudência	542
4.64	Leilão comum e leilão administrativo	543

4.65	Leilão administrativo para Estados e Municípios	543
4.66	Contratação de leiloeiro	544
CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS.....		546
SEÇÃO I – Disposições preliminares		546
1.1	Contratos da administração	547
1.2	Espécies.....	547
1.3	Características dos contratos administrativos	548
1.4	Contratos administrativos e Estado Democrático de Direito	550
1.5	Cláusulas necessárias	552
1.5.1	Adimplemento da obrigação e quitação	553
1.5.2	Caracterização do objeto	553
1.5.3	Liquidação de despesa.....	553
1.5.4	Jurisprudência.....	554
1.6	Garantia contratual	555
1.6.1	Garantia e discricionariedade	556
1.7	Títulos da dívida pública	557
1.8	Seguro garantia	557
1.9	Fiança bancária	557
1.10	Garantia e limite	558
1.11	Orçamento	559
1.12	Vigência dos contratos administrativos.....	560
1.12.1	Prorrogação x renovação	561
1.12.2	Vigência e créditos orçamentários.....	562
1.12.3	Projetos contemplados no plano plurianual.....	567
1.12.4	Serviços contínuos	567
1.12.4.1	Períodos iguais e sucessivos	569
1.12.4.2	Renovação contratual e passos formais	571
1.12.4.3	Passagens aéreas e natureza não continuada	572
1.12.4.4	Serviços contínuos e fornecimento de refeições.....	572
1.12.5	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.....	573
1.12.6	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24	574
1.12.7	Vigência contratual e locação de imóveis.....	574
1.12.8	Orientações Normativas da AGU	576
1.12.9	Jurisprudência	576
1.13	prorrogação da vigência ou da execução do contrato.....	577
1.14	Prorrogação e manutenção do equilíbrio econômico	579
1.15	Prorrogação contratual e impossibilidade de inovação nas condições contratuais	580
1.16	Vigência de contratos por escopo	580
1.17	Contratos administrativos e vigência indeterminada.....	584
1.18	Convênios e vigência indeterminada.....	585
1.19	Prorrogação extraordinária de serviços contínuos	585
1.20	Jurisprudência.....	586
1.21	AGU.....	586
1.22	Prerrogativas contratuais da Administração (Cláusulas exorbitantes).....	587
1.23	Fiscalização.....	587
1.24	Aplicação de sanções	588
1.25	Ocupação provisória.....	588
1.25.1	Ocupação provisória e essencialidade	589
1.25.2	Ocupação provisória e serviços terceirizados	591
1.26	Nulidade do contrato e indenização.....	591
1.27	Jurisprudência.....	593

SEÇÃO II – Da formalização dos contratos	594
2.1 Formalismo e contratos administrativos.....	594
2.2 Formalismo e contrato verbal.....	594
2.3 Regime de adiantamento.....	595
2.4 Reconhecimento de dívida.....	596
2.4.1 Reconhecimento de dívida e elementos condicionantes.....	597
2.4.2 Reconhecimento de dívida e boa fé contratual.....	598
2.5 Formalização posterior à contratação.....	599
2.6 Prazo para publicação.....	600
2.6.1 Publicidade e eficácia.....	600
2.7 Obrigatoriedade e facultatividade do instrumento contratual.....	602
2.8 Ordem de serviço ou solicitação de serviço.....	603
2.9 Nota de serviço e publicação de extrato.....	605
2.10 Contratos privados da Administração e relativização do regime público.....	605
2.10.1 Rol exemplificativo.....	607
2.10.2 Locação e prazo de vigência contratual.....	608
2.10.3 Administração como usuária de serviços públicos.....	608
2.10.4 Administração como usuária e suspensão de serviços públicos.....	609
2.11 Controle social.....	618
2.12 Convocação de licitante remanescente.....	618
SEÇÃO III – Da alteração dos contratos	621
3.1 Alterações contratuais.....	622
3.2 Alterações qualitativas.....	623
3.2.1 Alteração qualitativa e inserção de novos serviços ou bens.....	624
3.3 Alterações quantitativas.....	625
3.4 Alterações qualitativas-quantitativas.....	625
3.5 Alterações unilaterais e limites.....	625
3.5.1 Limites e alterações qualitativas.....	626
3.5.2 Atualização do valor e incidência dos limites percentuais.....	628
3.5.3 Limites percentuais e prorrogações contratuais.....	628
3.5.4 Limites percentuais e pluralidade de itens.....	629
3.5.5 Cumulação entre acréscimos e supressões.....	630
3.6 Alterações unilaterais e economia de escala.....	631
3.7 Exceções aos limites percentuais nas alterações unilaterais.....	631
3.8 Alteração unilateral e motivação.....	632
3.9 Alteração unilateral e ausência de previsão no contrato.....	632
3.10 Alteração consensual.....	633
3.11 Aditivo contratual.....	633
3.11.1 Aditivo contratual e formalidades.....	634
3.12 Apostila.....	634
3.13 Antecipação de pagamento.....	635
3.14 Reequilíbrio econômico-financeiro.....	635
3.14.1 Objeto do reequilíbrio econômico.....	637
3.14.2 Desoneração de folha de pagamento e reequilíbrio econômico.....	638
3.14.3 Cumulação indevida de reajuste e reequilíbrio econômico.....	640
3.14.4 Reequilíbrio econômico e preclusão lógica.....	640
SEÇÃO IV – Da execução dos contratos	641
4.1 Gestor do contrato e fiscal do contrato.....	641
4.2 Fiscal do contrato e terceirizados.....	643
4.3 Registro pelo fiscal.....	643
4.4 Preposto da empresa.....	644

4.5	Fiscalização e vedações a atos de ingerência.....	645
4.6	Constitucionalidade do dispositivo (STF ADC 16).....	645
4.6.1	Enunciado 331 do TST.....	646
4.6.2	Responsabilidade subsidiária da Administração por débitos trabalhistas.....	648
4.6.3	Responsabilidade subsidiária e contrato decorrente de obra.....	649
4.6.4	Limites amplos da responsabilização subsidiária.....	650
4.6.5	Responsabilidade subsidiária e desvio de função.....	650
4.6.6	Convênios e responsabilidade trabalhista do convenente.....	650
4.6.7	Contratos de terceirização e conta vinculada.....	651
4.7	Encargos previdenciários e responsabilidade solidária.....	654
4.8	Subcontratação.....	656
4.9	Recebimento provisório e recebimento definitivo.....	657
4.10	Jurisprudência.....	658
4.11	Amostras.....	659
4.12	Glosa.....	660
SEÇÃO V – Da inexecução e da rescisão dos contratos.....		661
5.1	Rescisão contratual.....	662
5.1.1	Inexecução contratual e sancionamento.....	663
5.1.2	Rescisão e devido processo legal.....	663
5.2	Alterações subjetivas na relação contratual.....	663
5.3	Sub-rogação contratual.....	665
5.4	Fusão, cisão e incorporação.....	666
5.5	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	666
5.6	Caso fortuito e força maior.....	667
5.7	Relações contratuais ilícitas e a ampla defesa.....	668
5.8	Rescisão de convênios e processamento sem contraditório e ampla defesa.....	668
5.9	Juízo arbitral.....	672
5.9.1	Jurisprudência.....	673
5.10	Rescisão contratual e indenização.....	676
5.11	Prorrogação do cronograma e formalização.....	677
5.12	Prorrogação automática.....	677
5.13	Consequências da rescisão unilateral.....	678
5.14	Jurisprudência.....	681
CAPÍTULO IV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL.....		682
SEÇÃO I – Das disposições gerais.....		682
1.1	Licitante remanescente e não sancionamento.....	683
1.2	Crime licitatório e consumação desnecessária.....	683
1.3	Causa de aumento de pena.....	684
1.4	Jurisprudência.....	684
1.5	Competência federal sobre legislação penal.....	684
SEÇÃO II – Das sanções administrativas.....		685
2.1	Multa e previsão editalícia.....	685
2.1.1	Multa pelo atraso na execução.....	685
2.2	Sanções administrativas.....	686
2.3	Sanções aplicáveis nas licitações.....	687
2.4	Sanções e poder-dever da Administração.....	687
2.4.1	Omissão no sancionamento e responsabilidades.....	688
2.4.2	Sanções e tipicidade específica.....	688
2.4.3	Sanções nas licitações e seus efeitos.....	691
2.5	Retenção de pagamento.....	693

2.6	Competência para aplicação das sanções	697
2.7	Advertência	699
2.8	Multa (compensatória).....	700
2.9	Suspensão temporária	701
2.9.1	Suspensão temporária e a amplitude de seus efeitos	701
2.9.2	Suspensão temporária e ÓRGÃOS COMPOSTOS	705
2.10	Declaração de inidoneidade	706
2.10.1	Declaração de inidoneidade e competência	707
2.10.2	Declaração de inidoneidade e amplitude de seus efeitos.....	710
2.10.3	Declaração de inidoneidade e pesquisa	711
2.10.4	TCU e declaração de inidoneidade.....	712
2.10.5	Jurisprudência	714
2.11	Da publicação das sanções em diário oficial	719
2.12	Aplicação de penalidade a licitante adjudicatário.....	720
2.13	Desconsideração da personalidade jurídica.....	721
SEÇÃO III – Dos crimes e das penas		725
3.1	Crimes licitatórios e dolo	725
3.2	Verbas federais e competência para julgamento	726
3.3	Contratação direta criminosa	727
3.3.1	Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade e crime	728
3.3.2	Prescindibilidade de inquérito policial.....	729
3.3.3	Regularidade das contas e ausência de justa causa para a ação penal.....	730
3.3.4	irregularidade formal e rejeição da denúncia	730
3.3.5	Jurisprudência	731
3.4	Participação de filiais na mesma licitação e prática criminosa	734
3.4.1	Jurisprudência	734
3.5	Patrocínio de interesse privado e invalidação judicial	735
3.6	Jurisprudência	736
3.7	Comentários.....	737
3.8	Comentários.....	738
3.9	Jurisprudência	738
3.10	Comentários.....	739
3.11	Comentários.....	739
3.12	Doutrina.....	740
3.13	Comentários.....	740
SEÇÃO IV – Do processo e do procedimento judicial		741
4.1	Representação ao Ministério Público	742
4.1.1	Jurisprudência	742
CAPÍTULO V – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....		744
1.1	Recurso	745
1.1.1	Pressupostos recursais.....	745
1.1.2	Recurso hierárquico	746
1.1.3	Recurso e depósito prévio.....	746
1.1.4	Não cabimento de recurso hierárquico próprio, para o ministro de estado, em virtude da aplicação de sanções disciplinares, por autarquia supervisionada.....	747
1.1.5	do parecer vinculante AC 51 da AGU	752
1.2	Representação	754
1.3	Reconsideração	754
1.4	Jurisprudência	755
1.5	Recurso e intimação.....	755
1.5.1	Doutrina.....	756

1.6	Efeito suspensivo e autoridade competente.....	757
1.7	Competência para julgamento do recurso.....	757
1.8	Recurso e autoridade incompetente.....	758
1.9	Início do prazo recursal e vista dos autos.....	758
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS		759
1.1	Acesso aos autos e contagem do prazo	759
1.2	Cessão dos direitos patrimoniais	760
1.3	Consórcio público.....	761
1.4	Órgãos jurídicos da Administração e controle de constitucionalidade	761
1.5	Tribunal de Contas	765
1.5.1	Declaração de inidoneidade e TCU.....	767
1.5.2	Tribunal de contas e controle prévio das licitações	768
1.5.3	Jurisprudência.....	770
1.6	Licitação e controle judicial.....	770
1.7	Discricionariedade administrativa e controle judicial.....	771
1.8	Pré-qualificação.....	772
1.9	Convênios	774
1.10	Convênios, termo de execução descentralizada e contrato de repasse	775
1.10.1	Termo de execução descentralizada e finalidades	777
1.11	Utilização dissimulada do convênio, em detrimento de um contrato administrativo.....	777
1.12	Conteúdo mínimo no instrumento convenial	779
1.13	Convênios e vedações.....	779
1.14	Convênios e Orientações Normativas da AGU	780
1.15	Contrapartida	782
1.16	Controle pelo parlamento.....	782
1.17	Convênio e empenho do valor transferido	782
1.18	Convênio e fiscalização	782
1.19	Execução do convênio e prestação de contas	783
1.20	Irregularidade na execução de convênios e sucessão municipal.....	784
1.21	Convênios e denúncia pelo convenente.....	785
1.22	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos	787
1.22.1	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e despesas administrativas	789
1.22.2	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e remuneração da equipe.....	790
1.22.3	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e chamamento público	791
1.23	Licitações e competência legislativa para normas específicas	792
1.24	Estatais que exploram atividade econômica e regime diferenciado.....	792
1.25	Bens públicos e uso privativo por particular	793
1.26	Doutrina.....	796
1.27	Alienação de bem público e avaliação	796
1.28	Concessão (cessão) de uso de bens públicos e modalidade licitatória.....	797
1.29	Concessão (cessão) de uso de bens públicos e obrigatoriedade de licitar	798
1.30	Cessão de uso e a impossibilidade de contratação direta, através da hipótese de dispensa descrita pelo §2º do artigo 17 da Lei nº 8.666/93	799
1.31	Da não obrigatoriedade (absoluta) de realização de licitação para cessão de uso de bens públicos.....	801
1.32	Cessão de uso para Posto de autoatendimento bancário em órgão público.....	803
1.33	Agências franqueadas dos Correios.....	805

PARTE 2 LEI Nº 10.520/02 (COMENTADA)

1	0 pregão.....	809
1.2	Competência legislativa	809
1.3	pregão e Regulamentação.....	810
1.3.1	Caráter geral das normas e regulamentação	810
1.3.2	Utilização do regulamento federal pelos demais entes	811
1.3.3	Convênios com recursos federais e o pregão	812
1.4	Pregão e obrigatoriedade	812
1.4.1	Convênios com recursos federais e obrigatoriedade do pregão.....	813
1.4.2	Obrigatoriedade do pregão.....	814
1.4.3	Obrigatoriedade do pregão e dispensa	814
2	Bens e serviços comuns	816
2.1	Aquisição de veículos novos cumulada com alienação de veículos antigos.....	817
2.2	Bens e serviços de informática	817
2.3	TCU e bens e serviços comuns	818
2.4	Pregão e serviços de engenharia.....	818
2.5	Regulamento federal e vedação do pregão eletrônico para obras	821
2.6	Da caracterização como obra ou como serviço de engenharia	824
2.7	TCU e serviços comuns.....	827
2.8	Aquisição concomitante de bens e serviços comuns.....	829
3	Pregão eletrônico.....	830
3.1	Pregão eletrônico e lei específica.....	831
3.2	jurisprudência.....	831
4	Justificativa da pretensão contratual.....	832
5	Definição do objeto.....	833
5.1	Definição do objeto e TCU	833
5.2	Aglomeración de objetos.....	833
5.3	TCU e divisão em itens.....	834
6	Termo de referência.....	834
6.1	Termo de referência como instrumento de planejamento	835
6.2	Termo de referência e demais entes federais.....	836
6.3	Termo de referência e conjunto do edital.....	836
6.4	Definição do objeto	837
7	Pregão e falta de competitividade	837
8	Estimativa de preços	838
8.1	Estimativa de preços e responsabilidade	838
9	Nomeação de pregoeiro	839
9.1	Exercício das atribuições de pregoeiro	840
9.2	Pregoeiro e adjudicação do objeto	840
9.3	Pregoeiro e a complexidade de suas atribuições.....	840
9.4	equipe de apoio.....	841
10	Baixa competitividade e providências.....	842
11	Publicação do edital	843
12	Edital e simplificação.....	844
13	Impugnação ao edital	845
13.1	Vinculação ao edital.....	845
13.2	Regulamento federal e impugnação ao edital	846
13.3	Acolhimento de impugnação ao edital.....	846
13.4	Pregão eletrônico e impugnação ao edital.....	847
14	Prazo para apresentação de propostas	847
15	Credenciamento de licitantes.....	848
15.1	Conteúdo da procuração.....	849
16	Horários.....	849

17	Sessão e publicidade	849
18	Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação	850
19	Verificação de conformidade das propostas	850
20	Inversão de fases.....	851
21	Roteiro para a sessão	852
22	Amostras	853
23	Etapa de lances	854
	23.1 crítica doutrinária aos lances	855
	23.2 Lances e alteração das condições da proposta.....	856
	23.3 Participação na fase de lances	857
	23.4 Lances e sugestão para o pregão presencial	858
	23.5 Pregão eletrônico e fase de lances.....	858
	23.6 Desclassificação de lances e motivação	859
	23.7 Limitações aos lances no pregão eletrônico	860
	23.7.1 Limitação econômica e limitação temporal	861
24	Jurisprudência.....	868
25	Aceitabilidade	868
	25.1 Uso da prerrogativa de saneamento, pelo pregoeiro	869
26	Preços inexequíveis	872
	26.1 Preços inexequíveis e IN 02/08.....	873
	26.2 Fraude “mergulho”	874
	26.3 Jurisprudência	875
27	Fase de habilitação.....	876
	27.1 Limitações às exigências habilitatórias.....	876
28	Exigência de inscrição prévia no SICAF.....	877
29	Sessão e registro em ata.....	878
30	Declaração como vencedor	878
31	Recurso administrativo	879
	31.1 Recurso administrativo e pregão eletrônico	880
	31.2 Efeito suspensivo do recurso	880
	31.3 Legitimidade recursal	880
	31.4 Recurso de licitante com documentação não analisada	881
	31.5 Apresentação de recurso sem a declaração de vencedor	881
	31.6 Prazo para julgamento do recurso	881
	31.7 Deferimento do recurso e manutenção dos atos aproveitáveis	882
	31.8 Decisão do recurso e publicação.....	882
	31.9 “Decadência” da manifestação recursal.....	882
	31.10 Razões recursais	883
	31.11 Recurso adesivo	883
	31.12 Competência para julgamento dos recursos.....	884
	31.13 Competência recursal e delegação	885
	31.14 Renúncia recursal.....	885
32	Pregoeiro e adjudicação.....	886
33	Pregão e o licitante coelho	886
34	Garantia.....	888
35	Sanções na modalidade pregão	888
	35.1 Aparente antinomia das sanções (Lei nº 8.666/93 x Lei nº 10.520/02).....	890
	35.2 Competência para aplicação das sanções	894
	35.3 Aplicação de sanção por autarquia e recurso para ministro.....	898
	35.4 amplitude da sanção impedimento de licitar	899
	35.5 Prazo da sanção impedimento	901
	35.6 Efeito da sanção impedimento de licitar	901
36	Sujeito passivo da sanções.....	902
37	Ilícitos administrativos passíveis de sancionamento.....	903

38	Atos essenciais no pregão	905
39	Jurisprudência.....	905
40	Bens de informática.....	906
41	Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	907

PARTE 3 LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (COMENTADA)

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	911
1 Observação	914
2 Síntese sobre a evolução do Estado.....	914
3 Princípio da igualdade	919
4 Regulamento e contratação de obras.....	921
5 Síntese histórica	922
CAPÍTULO II – Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte	923
6 Comentários	926
7 Pertinência do tratamento diferenciado.....	928
8 Perda do enquadramento durante a vigência contratual	928
9 Participação de ME ou EPP em certame com valor maior que o respectivo enquadramento.....	929
10 Informação falsa e responsabilidade.....	929
11 Serviço de cessão de mão de obra e não incidência do simples nacional.....	931
12 Cooperativas.....	933
CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS	934
Seção única – Das Aquisições Públicas	934
13 Regularidade fiscal postergada	935
13.1 Tratamento diferenciado e débitos com a seguridade social	936
13.2 Comentários à regularidade fiscal postergada.....	936
13.3 Não regularização e aplicação de sanções.....	937
14 Empate ficto	939
14.1 Utilização indevida do desempate ficto.....	940
14.2 Condição como microempresa e verificação.....	940
14.3 Empate ficto e desempate na Lei Geral	941
14.4 Empate ficto e pregão.....	942
14.5 Empate ficto e procedimento de desempate	943
15 Prazo para novas propostas.....	944
16 Desempate ficto e desestímulo à economicidade	944
17 Perigo do uso literal do dispositivo em editais de Pregão.....	945
18 Desempate ficto e obrigatoriedade	945
19 Momento da convocação	946
20 Licitante coelho e desempate ficto	946
21 Equivalência de valores	947
22 Demais modalidades e prazo para desempate ficto.....	947
23 Cédula de crédito microempresarial.....	948
24 Constitucionalidade do dispositivo	949
25 Liquidação da despesa	949
26 Regulamentação	949
27 Licitações diferenciadas	950
27.1 Licitações exclusivas	953
27.1.1 Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços	954
27.1.2 Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no estado.....	954
27.2 Subcontratação	955
27.2.1 Subcontratação e indicação de empresa	956

27.2.2	Subcontratação e exigências	956
27.2.3	Regulamentação federal.....	957
27.2.4	Crítica ao regulamento	958
27.2.5	Inviabilidade da subcontratação.....	958
27.3	Cota de 25%.....	959
27.3.1	Cota de 25% e regulamento federal.....	960
27.4	Prioridade de contratação para ME/EPP	961
28	Inaplicabilidade das licitações diferenciadas.....	962
28.1	número mínimo de fornecedores competitivos	963
28.2	Existência de desvantagem ou prejuízo	963
28.3	contratação direta.....	964
29	Reflexão.....	965
30	Restrição da licitação à empresas sediadas no estado e inconstitucionalidade	965
31	Lei e respeito à isonomia entre licitantes	966

PARTE 4 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005	973
Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997	979
Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000	981
Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001.....	989
Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.....	991
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.....	999
Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007.....	1007
Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.....	1011
Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012	1015
Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.....	1019
Referências.....	1027
Índice remissivo	1033